2010 17,388,615

(1.354.578)

(294.086) (544.032)

(9.327) 566.245 (1.635.778)

15.752.837

(10.998.187) **4.754.650** 

2009 15.940.729

(1 237 141

530.212 (1.464.738 **14.475.991** 

(10.621.721 3.854.270

(269.290) (488.520)

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O presente Relatório consubstancia as principais informações sobre a CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais e seu desempenho em 2010.Em 2010, as Receitas Brutas de Vendas cresceram 9,1%, tendo atingindo R\$ 17.388.615, o que representou um aumento de R\$ 1.443.371 em relação ao exercício de 2009, quando as vendas brutas totalizaram R\$ 15.940.729.Contribuíram de forma decisiva para este faturamento as negociações realizadas pela CASEMG com a CONAB, visando armazenar o milho comprado por meio de leilões. No exercício de 2010, as receitas relativas ao faturamento provenientes destas negociações totalizaram R\$ 1.526.928. Houve ainda em 2010 um aumento de R\$ 1.614.565 nas Receitas Brutas decorrentes das Operações de Transbordo, representando um aumento de 53,8% em relação a 2009. As Receitas Brutas de 2010 poderiam ter sido maiores, porém, ao contrário de anos anteriores, as safras de soja e milho tiveram um comportamento atípico, a colheita foi feita, mas as movimentações se intensificaram somente a partir de julho/agosto, principalmente o milho que devido ao baixo valor de mercado, levou os agricultores a optarem por armazenar o produto em bolsões na própria fazenda, ou vender diretamente na lavoura, não se utilizando dos serviços de armazenagem, o reflexo desta atipicidade está refletido nas Receitas de Contratos de Depósito-Adesão que o reflexo desta atipicidade está refletido nas Receitas de Contratos de Depósito-Adesão que fazenda, ou vender diretamente na lavoura, não se utilizando dos serviços de armazenagem, o reflexo desta atipicidade está refletido nas Receitas de Contratos de Depósito-Adesão que em 2010 registrou um decréscimo de R\$ 882.820, em comparação a 2009, correspondente a uma queda de 11,4 %.Registramos com satisfação o cumprimento de 100% das metas estabelecidas para Certificações em 2010, recompensando esforço e dedicação dos funcionários da CASEMG, onde foram renovadas as Certificações Utz Kapeh (aplicável à cadeia de custódia do café) em Monte Carmelo e Patrocínio e as certificações GMP – Good

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Manufaturing Pratices da PDV (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) pelo terceiro ano para Uberlândia, e também foi obtida a certificação para operações de Transbordo (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) pela unidade de Araguari. Mesmo com todas estas medidas, o Resultado do exercício de 2010 foi um Prejuízo de R\$ 5.217.477, sendo que se desconsiderássemos as Despesas de Depreciação que em 2010 somaram R\$ 3.051.832 e as Despesas de Contingências Trabalhistas e Cíveis que em 2010 atingiram R\$ 2.922.234 (Trabalhistas R\$2.723.346 e Cíveis R\$ 198.888), e ainda o valor contabilizado na rubrica Perdas no Recebimento de Crédito no valor de R\$ 1.061.288 em decorrência da aplicação da Resolução 1180/09, o Resultado do exercício de 2010 seria um Lucro de R\$ 1.817.877. PERSPECTIVAS PARA 2011. As perspectivas para 2011 são favoráveis, a economia deverá crescer cerca de 4 % e ainda, de acordo com Quinto Levantamento da Safra de Grãos 2010/2011, realizada pela CONAB, divulgado dia 9 de fevereiro último, a produção de grãos esta estimada em 153 milhões de toneladas, representando um crescimento de 2,06% em relação à safra anterior. Na Programação Orçamentária 2011 apresentadas pelas UANs - Unidades de Armazenagem e Negócios estão previstas Receitas Brutas de R\$ 21.508.085, representando um crescimento 23,7% em relação a 2010, para este resultado foram consideradas as premissas de aumento na armazenagem no primeiro semestre em decorrência da colheita da soja e milho, e no segundo semestre com a colheita do café e durante todo o ano com operações de transbordo. Está previsto um faturamento em 2011 decorrentes de negociações com a CONAB de R\$ 5.093.061. No Orçamento 2011 não foram orçadas Receitas com Venda de Imóveis. As despesas totais programadas para a Cia. no exercício de 2011 totalizaram 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

R\$ 17.320.364, tendo sido destinado do orçamento o valor de R\$ 848.000 para atendiment

R\$ 17.320.364, tendo sido destinado do orçamento o valor de R\$ 848.000 para atendimento de demandas trabalhistas.

Outra Ação importante continuada em 2011 é a implantação da nova versão do Sistema LOGIX, contratado junto à TOTVS S/A, que resultará em significativos ganhos de Produtividade, Qualidade e Segurança das Informações. No segundo semestre deverão ser implantados outras ferramentas de Gestão, visando à geração de Relatórios Gerenciais para uma eficaz Gestão do Orçamento. Estamos em fase de verificação para adequação do Plano de Cargos e Salários, para que seja aprovado pelo Conselho de Administração para posterior envio ao DEST, possibilitando desta maneira o pedido para Realização de Concurso Público, para atender nossa necessidade de completar o quadro de funcionários, o que evitará os gastos com bras extras e minimizará os custos com Braçagistas. Também continuaremos nos esforços junto ao Governo Federal, tendo em vista o contrato firmado por ocasião da Federalização da Companhia, para que os pagamentos efetuados nos últimos anos das Dívidas Trabalhistas devido ao Dissídio de 1991, cerca de R\$ 15 milhões, sejam ressarcidos a CASEMG. Tais informações estão em fase de levantamento pelo setor jurídico-Dro tudo isto, podemos concluir em 2011 a CASEMG confirmará sua efetiva viabilidade econômica, justificando a sua exclusão do Plano Nacional de Desestatização – PND. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MEMBROS. Glycon Terra Pinto Junio - CPF: 659.408.306-68. José Magalhães de Sousa - CPF: 057.011.381-20. João Batista da Silva Fagundes - CPF: 91.965.998-04.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

Receita Operacional Bruta Venda de Mercadorias e Serviços Impostos e Outras Deduções da Receita COFINS Não Cumulativa PIS Não Cumulativo

Créditos PIS/COFINS não cumulativo

Lucro Bruto Receitas (Despesas) Operacionais

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados Lucro Bruto

Receita Operacional líquida

BALANÇOS PA	ATRIMONIAIS	EM 31	DE	DEZEMBRO -	Em	Reais
-------------	-------------	-------	----	------------	----	-------

	2010	2009		2010	2009
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e bancos	112.657	54.661	Fornecedores	712.161	653.287
Aplicações financeiras	833.685	548.329	Salários e contribuições previdenciárias	1.045.892	1.028.846
Contas a receber de clientes (Nota 4)	1.342.379	1.356.602	Obrigações tributárias	155.284	260.708
Estoques de almoxarifado	67.636	58.926	Parcelamento REFIS (Nota 15)	102.520	205.040
Estoque de Produtos de Terceiros (Nota 5)	155.865.357	83.889.352	Provisão para contingências (Nota 16)	3.237.222	1.357.289
Despesas antecipadas	176.411	172.557	Acordos trabalhistas	-	869.928
Adiantamentos concedidos	38.641	39.065	Estoque de produtos de terceiros (Nota 5)	155.865.357	83.889.352
Tributos a recuperar/compensar (Nota 6)	320.742	138.584	Parcelamento Fornecedor	357.169	152.292
Outros créditos e valores a receber (Nota 8)	81.936	201.809	Outras Obrigações a Curto Prazo	76.640	50.769
Ressarcimento de clientes	46.798	326.364	,	161.552.245	88.467.511
Precatório em fase de recebimento (Nota 7)	500.000	600.000	Não Circulante		
· · · · ·	159.386.241	87.386.249	Exigível a longo prazo		
Não Circulante			Provisão para contingências (Nota 16)	136.611	783.088
Realizável em longo prazo			Parcelamento REFIS (Nota 15)	1.943.486	2.046.006
Desapropriação de imóveis a receber (Nota 9)	683.489	1.143.446	Parcelamento Fornecedor	116.067	-
Precatório em fase de recebimento (Nota 7)	-	500.000		2.196.164	2.829.094
Valores bloqueados pela justiça (Nota 13)	696.840	1.175.673	Patrimônio líquido		
Depósitos judiciais (Nota 13)	345.887	441.717	Capital Social (Nota 18)	26.814.711	26.814.711
Crédito a compensar c/impostos municipais (Nota 10)	816.255	825.182	Prejuízos Acumulados	(3.893.497)	-
Cobranças judiciais (Nota 11)	112.403	846.313	Reserva Legal (Nota 19)	_	63.061
Duplic. a receber de clientes em cobr. Judicial (Nota 12)	539,439	527,225	Reserva de Lucros a Realizar (Nota 19)	_	308,861
Provisão p/Devedores de Liq. Duvidosa (Nota 12)	(299.171)	(181.009)	Reserva de Retenção de Lucros (Nota 19)	_	926.582
Outros créditos e valores	-	13.278	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	22.921.214	28.113.214
Imobilizado (Nota 14)	149.222.355	148,549,291			
Depreciação Acumulada	(124.834.115)	(121.817.546)			
T	27.283.381	32.023.570			
Total do Ativo	186.669.623	119.409.820	Total do Passivo	186.669.623	119.409.820
	12 - 2 - 1				
As nota	is explicativas da a	dministração são	parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais

			Reserva de Lucros	<u>.                                    </u>		
	Capital		Reserva	Reserva	Lucros	Patrimônio
	Social	Reserva	Lucros a	Retenção	(Prejuízos)	Líquido
	Integralizado	Legal	Realizar	Lucros	Acumulados	Consolidado
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	161.176.620				(134.361.909)	26.814.711
Redução do capital social Conforme AGE 25/09/09	(134.361.909)				134.361.909	-
Ajustes de exercícios anteriores					37.290	-
Lucro líquido do exercício					1.261.213	-
Constituição de reservas:		63.061	308.861	926.581	(1.298.503)	1.298.503
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	26.814.711	63.061	308.861	926.581	-	28.113.214
Saldos em 1º de janeiro de 2010	26.814.711	63.061	308.861	926.581	-	28.113.214
Ajustes de exercícios anteriores a 2010 (Nota 20)					25.477	25.477
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2010					(5.217.477)	(5.217.477)
Compensação de Reservas de Lucro		(63.061)	(308.861)	(926.581)	1.298.503	=
Saldos em 31 de dezembro de 2010	26.814.711	-	-	-	(3.893.497)	22.921.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em reais

I. CONTEXTO OPE	ERACIONAL	

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizouse a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

# Programa Nacional de Desestatização. 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Lei nº. 11.638/07 promulgada em 2008 e a Medida Provisória 449, convertida na lei 11.941/2009, alterou e 07 promulgada em 2008 e a Medida Provisória 449, convertida na lei 11.941/2009, alterou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação à matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício de 2008. A referida Lei teve como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC; Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

## do Brasil. 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos circulantes e não circulantes - São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-à em período inferior a um ano e circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-à em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado. a.1) Disponibilidades e aplicações financeiras - Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil. a.2) Contas a receber - São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para perdas para façar faça ês eventuais perdas no recebimento dos créditos. A estimativa fora faça e a eventuais perdas no recebimento dos créditos. A estimativa fora faça e a eventuais perdas no recebimento dos créditos. A estimativa fora faça e a contra c para perdas, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. A estimativa para perdas foi feita de acordo com a Lei nº. 9430/96 com a finalidade de deduzi-las na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Os registros contábeis das perdas necacion do imposto de Reina e a Cominionção Social. Os registros contantes das petuas foram feitos com o lançamento contábil a débito do resultado e a crédito de conta redutora do crédito. a. 3) Estoques de almoxarifado - Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras. a. 4) Estoque de mercadoria de terceiros - Os estoques de terceiros relativos as mercadorias armazenadas conforme registro de inventário. a. 5) Imobilizado - Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº 13). a. 6) Demais ativos circulantes e não circulantes - Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. b) Classificação dos passivos circulante e não circulantes - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas. b.1) Provisão para contingências - A provisão para contingências relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, com base na opinião dos assessores jurídicos. b.2) Demais passivos circulantes e não circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço. c) Apuração do resultado - O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício. foram feitos com o lancamento contábil a débito do resultado e a crédito de conta redutora

de competência de exercício.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)
O saldo de R\$ 1.329.378 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 1.356.602 em 31 de dezembro de 2009) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de rmazenagem e transbordo de produtos, correspondente a serviços prestados e não recebidos té 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	2010	2009
Alfenas		
Araguari	102.404	58.714
Bonfinópolis		368
Buritis	_	140.000
Capinópolis	80.349	45.095
Centralina	-	6.800
Conceição das Alagoas	60.676	36.397
Frutal	85.997	16.120
Ituiutaba	105.556	53.812
Monte Carmelo	146.364	82.586
Paracatu	58.042	95.192
Passos	8.484	22
Patos de Minas	115.829	53.345
Patrocínio	154.386	85.020
Sacramento	16.432	18.249
Santa Vitória	4.716	11.395
Tupaciguara	12.178	1.221
Uberaba	159.123	106.779
Uberlândia	231.844	543.957
Unaí	-	1.530
TOTAL	1.342.379	1.356.602
5. ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS		

Refere-se ao saldo contábil de produtos armazenados conforme o registro de inventário das Unidades de Armazenagem em 31/12/2010 de R\$155.865.357 e em 31/12/2009 de R\$83.889.352, relativo aos produtos agrícolas diversos de clientes, cuja rubrica e conta contábil são informadas no SPED fiscal.

relativo aos produtos agricoras diversos de cientes, cuja riorica e coma como a ao minorio special fiscal.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)
Os valores no montante de R\$320.742 estão compostos por: INSS a compensar de R\$123.026
relativo ao recolhimento efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo
administrativo está sendo analisado pela Receita Federal do Brasil para compensação na divida
em processo de parcelamento em andamento do REFIS; IRRF,COFINS, PIS e CSLL a compensarR\$195.387 relativo a retenção na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, cuja
compensação será feita na guia de recolhimento dos impostos devidos pela Companhia; ISSQN
a recuperar de R\$494 relativo ao recolhimento a maior, em processo de verificação pela Prefeitura
local; e IRRF a recuperar de R\$1.836 a ser compensado na apuração do lucro real ou com outros
tributos federais.

7. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO (Ativo Circulante e Realizável a L. Prazo 7. FRECATORIO EM FASE DE RECEBIMENTO (Ativo Circulante e Realizável a L. Prazo Em 31/12/2010 encontram-se registrados no Ativo Circulante, o saldo remanescente de 10 parcelas no montante de R\$ 500.000, do acordo firmado em 2008 com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub-júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000, e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembaraçada pelo Município. Para a devolução do imóvel, a Companhia oficiou o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais solicitando providências, haja vista o descumprimento do acordo. O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 foi liquidada no exercício de 2008 e o restante com início de pagamento em 2009, sendo recebido R\$600.000 em 2009 e R\$600.000 em 2010, mais os juros previstos.

em 2010, mais os juros previstos.

8. OUTROS CREDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante)
Conforme abaixo discriminado, os valores referem-se à Concessão de direito real de uso de inóveis; os depósitos judiciais a serem compensados com débitos de fornecedores relativos a cessão de mão de obra, valor a receber de convênio firmado com o município de Jaíba e ISSQN e IPTU a compensar relativa a escritura pública de confissão e compensação de débitos recíprocos:

Concessão de Direito Real de Uso	32.000	91.323
Depósitos judiciais Restituíveis e valores bloqueados	2.303	90.224
Convênio com Município de Jaíba	11.500	-
ISSQN/IPTU à compensar município de Frutal	-	20.263
Sindicato dos Braçagistas de Uberlândia	36.133	-
, ,	81.936	201.809
a prouppopper of a property and appropriate		

# 01.730 201. D. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo)

2010	2007
683.489	683.489
-	459.957
683.489	1.143.446
	683.489

Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.976.747)	(5.494.369)
Reversão de provisões constituídas (Nota 17)	1.329	814
Recuperação de INSS s/REFIS	-	3.512.980
Crédito Escritura Pública Confissão dívida	-	1.045.294
Outras Receitas operacionais	1.629.922	1.787.010
Outras Despesas Operacionais	(450.392)	(502.647)
Perdas no recebimento de créditos	(1.182.219)	(22.275)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	57.824	203.889
Depreciação	(3.051.832)	(3.123.449)
• •	(9.972.115)	(2.592.752)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(5.217.465)	1.261.518
Resultado não operacional		
Ganho (Perdas) de Capital no Imobilizado	(11)	(305)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda		
e Contribuição Social	(5.217.476)	1.261.213
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(5.217.476)	1.261.213
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações		

Lucro (Prejuizo) liquido por lote de mil ações	(0.400=4==60)	0.004060600
do capital social Quantidade de acões ao final do exercício	(0,129747562) 40.212.516.561	0,031363692
,		
As notas explicativas da administração são parte integrant	e das demonstraç	oes illianceiras
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO I MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM		BRO - Em Reais
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2010	2009
Lucro (Prejuízo) do exercício	(5.217.477)	1.261.213
Aumentos (Diminuições) dos itens que não	(	
afetam o caixa		
Depreciação	3.051.832	3.123.449
Despesas juros	57.154	85.970
Receitas juros	(47.410)	-
Perda do imobilizado	11	305
Provisão para perdas de créditos	-	17.459
Provisão para contingências	2.183.669	1.224.446
Reversão de provisões de créditos	(1.329)	(814)
Recuperação INSS sobre REFIS		(3.512.980)
Prejuízo de exercício ajustado	26.450	2.199.048
Variações do ATIVO	14 222	(206.022)
Diminuição (Aumento) de Contas a Receber Clientes	14.223	(386.033)
Diminuição (Aumento) de Concessão de Direito Real de Uso	59.323	(17 170
	459.957	(17.178)
Diminuição da Desapropriação de Imóveis	(3.855)	(62.637
Aumento Despesas Antecipadas Diminuição (Aumento) de Ressarcimento a Clientes	279.566	(272.132)
Diminuição (Aumento) de Ressarcimento a Chentes Diminuição (Aumento) Estoque almoxarifado	(8.710)	26.710
Diminuição (Aumento) Estoque amoxarrado Diminuição (Aumento) Tributos a compensar	(182.158)	27.780
Diminuição Adiantamentos	425	339
Aumento outras contas a receber	(38.706)	(845.445)
Diminuição outras contas a receber	120.263	37.924
Diminuição (Aumento) IRPJ a recuperar	13.278	(6.940)
Diminuição (Aumento) Dep. Recursais/		(***
Restituíveis/Valores Bloqueados	662.585	(494.098)
Aumento Dupls, a receber em cobrança judicial	(20.701)	(365.897)
Diminuição Prefeitura Muriaé	500.000	600.000
Diminuição de Cobranças Judiciais	733.911	888.174
Aumento de provisão de perdas	(118.162)	
Total	2.471.238	(869.434)
Variações do PASSIVO		
Aumento de Fornecedores	61.970	375.030
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	(105.424)	148.451
Aumento de Salários e Contribuições Sociais	17.046	154.046
Aumento de Obrigações a Terceiros	36.131	13.324
Aumento (Diminuição) de Parcelamento CEMIG (CP/LP)		(477.214)
Diminuição Provisão Contingências Trabalhistas (CP/LP)	(1.571.955)	(956.670)
Diminuição Parcelamento REFIS	(205.040)	(54.023)
Diminuição Provisão ISSQN/IPTU Total	(1.446.220)	(734.334)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.446.328)	(1.531.390)
Aquisições do Ativo Imobilizado	(708.009)	(101.992)
Aumento (Diminuição) líquido de Caixa	343.352	-303.768
Caixa no início do período	602.989	906.757
Caixa no fim do período	946.341	602.989
•		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras. De acordo com a Apelação Cível do Tribunal de Justiga do Estado de Minas Gerais a ação contra a Prefeitura de Governador Valadares relativa à execução de título extrajudicial da Escritura Pública de Desapropriação Amigável, foi considerada nula, em função da CASEMG-sociedade de economia mista federal, com capital majoritário da União, não poder ter seus bens desapropriados por um município, sem prévia autorização do Presidente da República. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, aguardando apenas a expedição de carta de sentença para averbação no cartório de registro de imóveis na comarca de Governador Valadares. O ajuste contábil ainda não foi procedido no balanço, uma vez que se encontra pendente a regularização do imóvel para reintegração ao ativo imobilizado da Companhia e o acerto de contas do valor de entrada pago pela Prefeitura em contrapartida a utilização o imóvel desde a época da desapropriação. O valor a receber ao Prefeitura de Ipanema relativa a desapropriação do imóvel em 1991 origina-se de ação que conta com julgamento procedente, e que ainda se encontra em aberto na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com expectativa de recebimento a longo prazo, motivo pela qual de Justiça de Minas Gerais com expectativa de recebimento a longo prazo, motivo pela qual foi baixado nos termos da Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer um ativo contingento. O item 35 da referida resolução determina que se a entrada de benefícios econômicos se tidade divulga o ativo

10. CRÉDITO A COMPENSAR COM IMPOSTOS MUNICIPAIS (Realizável a L., Prazo 10. CRÉDITO A COMPENSAR CÓM IMPOSTOS MUNICIPAIS (Realizável a L. Prazo)
O valor total desta rubrica de R\$ 816.255 refere-se ao saldo a compensar com impostos
municipais do município de Frutal, conforme Escritura Pública de Confissão e Compensação
de Débitos recíprocos entre a Prefeitura Municipal de Frutal e CASEMG, sendo a diferença
do crédito a favor da CASEMG, revertido a título de compensação de débitos de IPTU incidentes
sobre os imóveis de sua propriedade na cidade de Frutal, bem como a compensação do
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN. Durante o exercício de 2010 o valor
compensado de IPTU foi de R\$8.927.

11. COBRANÇAS JUDICIAIS (Realizável a longo prazo)
O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 112.403 e de R\$846.313 em
2009, decorre de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso em

cobrança judicial.

Página 01 de 02



# COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ: 17.186.370/0001-68

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em reais

	2010	2009
Prefeitura Municipal de Felixlândia	90.000	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	-	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	-	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	-	99.585
Usapanos Panos Limpeza	-	209.230
Iconomil	-	135.421
Líria de Cássia Salomão (imóvel de Janaúba)	-	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	22.402
Valdir José Faria	-	1.287
TOTAL	112.402	846.313
Em 2010 foi efetuada a baixa contábil de valores em o	obranca indicial em co	ontrapartida a

perdas, no resultado no valor total de R\$1.061.287.67 em função da Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, que determina no item 31 que a entidade note deve reconhecer um ativo contingente, e no item 35 da referida resolução determina que se a entrada de benefícios econômicos se tornarem provável, a entidade divulga o ativo contingente. Diante das informações do Setor Jurídico da Companhia sobre a expectativa de êxito curto e longo prazo, foram feitas as baixas e ajustes contábeis: A ação contra o município de Felixlândia longo prazo, foram feitas as baixas e ajustes contábeis: A ação contra o município de Felixlândia, já tem sentença favorável no valor de R\$90.000 com expectativa de recebimento em curto prazo. Da mesma forma, a ação contra Oliveiros Fernando Nogueira Lima, com pedido julgado procedente, estando o processo em fase de cumprimento de sentença e tendo sido indicado bem imóvel à penhora. A ação contra o município de Gurinhafá foi baixada em função da escritura pública declaratória que considerou extinta a dívida do município de Gurinhafá na condição de reversão do imóvel à Companhia com a revogação da Lei Município de 7306; As 64mais ações judiciais têm expectativa de êxito em longo prazo: dos municípios de São Francisco o pedido foi julgado procedente estando em fase de cumprimento de precatório; São Francisco o pedido foi julgado procedente estando em fase de cumprimento de precatório; de Espinosa o processo encontra-se concluso para julgamento; Usapanos Panos Limpeza-apesar de o feito ter sido julgado procedente e se encontrar em fase de cumprimento de sentença, não foram localizados bens da parte requerida de forma a se viabilizar a satisfação do crédito da Companhia; Iconomil - o processo foi extinto sem julgamento de mérito; Liria de Cássia Salomão o pedido de reintegração de posse foi julgado procedente estando o feito arquivado, com pedido de desarquivamento; e Valdir José Faria apesar do pedido ter sido julgado procedente, não foram localizados bens de propriedade do requerido passíveis de penhora de forma a se viabilizar a satisfação do crédito. forma a se viabilizar a satisfação do créd

12. DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANCA JUDICIAL (R. L. Prazo) 12. DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo) O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2010, de R\$ 539.439 em 2010 e de R\$527.225 em 2009, decorre de valores a receber relativos ao faturamento de duplicatas de clientes em cobrança judicial. Constituída provisão para perdas, com base na Lei 9430/96 e IN SRF-93/97, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos:
Duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial 539.439 527.225
Provisão p/ Devedores de Liquidação Duvidosa (299.171) (181.009)
13. DEPOSITIOS JUDICIAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. Prazo). Em dezambro da 2010 es alde de dapcistos indiciais de P\$335.887 decorre de valores depociações.

Em dezembro de 2010 o saldo de depósitos judiciais de R\$345.887 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face a depósitos recursais relativos a ações trabalhistas e cíveis. O saldo de R\$696.840 de valores bloqueados pela justiça do trabalho, objetiva garantir parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub-judice.

14. IMOBILIZADO

	Taxa anual		
	depreciação	2010	2009
Terrenos		587.337	587.337
Edificações	4%	8.952.274	8.948.109
Máquinas e Equipamentos	10%	47.685.838	47.561.832
Móveis e Utensílios	10%	1.788.088	1.448.596
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.093.611	89.004.333
Obras em andamento		1.568	93.834
Direitos de Propriedade		412.327	300.850
Equipamentos de Informática	20%	490.647	393.766
		149.222.823	148.549.291
(-) Depreciação Acumulada		(124.834.115)	(121.817.546)
TOTAL		24.388.240	26.731.745

Em 2010 ocorreram baixas no imobilizado de bens móveis obsoletos cuio resultado líquido.

Como Ativos Imobilizados estão incluídos itens tangíveis que são mantidos para uso na produção ou fornecimento de serviços, ou para fins administrativos; e que se espera utilizar por mais de

um exercício.
Em 1990 foi baixado contabilmente o imóvel da Companhia localizado na cidade de Três
Pontas mediante processo licitatório de alienação. Foi interposta uma ação civil pública visando
a anulação do ato administrativo ao entendimento que o valor era inferior ao de mercado. O
pedido foi julgado procedente determinando-se o cancelamento do registro de imóvel e a
restituição dos valores recebidos pela CASEMG, estando no momento em fase de cumprimento de sentença para apuração de perdas e danos e expedição de carta de sentença para averbação junto ao cartório de registro de imóvel. O ajuste contábil será procedido quando da regularização do imóvel para reintegração ao ativo imobilizado da Companhia e o acerto de contas do valor recebido em contrapartida a utilização do imóvel desde a época da alienação.

## 15. PARCELAMENTO REFIS

13. FARCELANIEN I O REFIS Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o saldo devedor do REFIS é como segue:

2010 2.251.046 2009 10.849.942 Débito total Débito total
Compensação de Prejuízos Fiscais
Dívida Consolidada
Acréscimo (decréscimo) da dívida
Retificação do débito de INSS
Pagamento de parcelas no exercício
Atualização TJLP no exercício
Saldo devedor REFIS
Dividido em 10.849.942 (5.310.145) **5.539.797** 366.078 (3.512.979) (227.819) 85.970 2.251.046 (205.040) 2.046.006 2.251.046 Dividido em: Passivo Circulante 205 040 Passivo Circulante
Exigível em Longo Prazo
1.943.485
2.046.006
No final de 2009 a Companhia solicitou parcelamento do saldo remanescente da dívida do REFIS
8 Secretaria da Receita Federal do Brasil, de que trata a Lei nº 11.941/2009, e está aguardando
a consolidação dos debitos, cujo cronograma já encontra-se definido pela Portaria Conjunta
PGFN/RFB nº 2 de 03/02/2011.

PGFN/RFB nº 2 de 03/02/2011.

Para a garantia do débito original do REFIS foi dado os imóveis de Patrocínio e Paracatu.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E CÍVEIS (R. Longo Prazo)

A empresa mantém provisão para contingências de R\$ 3.373.833, sendo R\$ 3.237.222 registrada no Passivo Circulante e de R\$ 136.611 no Exigível a Longo Prazo, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis. Conforme registrado na Nota nº 12, existem valores bloqueados pela justiça e os depósitos judiciais relativos às ações provisionadas, registrados no Ativo Realizável em Longo Prazo no montante de R\$1.04.727.

Em 2010 foram liquidados o montante de R\$1.504.228 sendo: saldos remanescentes do acordo trabalhista firmado em 2009; liquidação de ações trabalhistas e cíveis relativas execução de sentença; e pensões judiciais.

sentença; e pensões judiciais. 17. REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUIDAS (Redutora de Despesas Administrativas) O saldo de R\$1.329 em 2010 e R\$814 em 2009 refere-se à reversão de provisão de perdas de duplicatas de clientes contabilizada em anos anteriores, ora quitadas no exercício.

18. CAPITAL SOCIAL
Em dezembro de 2010 o capital social no valor de R\$ 26.814.711, é dividido em 94.87% em ações
ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a
seguinte: Governo Federal (92.6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).
19. DA COMPENSAÇÃO DAS RESERVAS DE LUCROS COM PREJUÍZO ACUMULADO
Em 2010, em virtude do prejuízo apurado no exercício de R\$5.217.477, foi feita a absorção das
reservas de lucro, conforme previsão de compensação nos artigos 189 e 202 da Lei 640476. Em
2009 de acordo com o Estatuto Social da Companhia e lei 640476 foi feita a destinação dos
lucros, cuja distribuição foi aprovada pela AGO - Assembléia Geral Ordinária da seguinte
forma: Reserva Legal - R\$63.061; Reserva de Lucros a Realizar- R\$ 308.861; Reserva de Retenção
de Lucros - R\$ 926.582.

## 20. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

20. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
Os ajustes de exercícios anteriores, registrados em 2010 no montante devedor de R\$136.445 e credor de R\$ 161.922, com resultado credor de R\$25.477, decorrem de ajustes de provisão de lérias; de despesas médicas, e baixa da ação de cobrança do município de Gurinhatā relativa a escritura pública declaratória de extinção de divida perante a Companhia registrada em 2006.
21. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS
Os saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	2010	2009
Despesas Financeiras	(218.368)	(131.879)
Juros e VM, pagos ou incorridos	86.522	5.633
Multas dedutíveis e indedutíveis	104.309	10.091
TJLP sobre REFIS	-	85.970
Comissões, despesas bancárias e outras	27.537	30.185
Receitas Financeiras	276.192	335.768
Taxa de Permanência	122.905	182.472
Apropriação de juros e multas	97.710	88.035
Renda de aplicação financeira	12.342	52.180
Variação Monetária Ativa	43.234	13.081
Total	57.824	203.889

Total 57.824 203.889

22. DOS RESULTADOS

Em 2010 a Provisão para Contingência Trabalhistas e Cíveis impactou negativamente o resultado do exercício com o montante registrado de R\$2.922.234 componente da rubrica "Despesas gerais e administrativas"; também foi registrada a baixa dos ativos contingentes, cuja expectativa de êxito foi considerada em longo prazo pelo Setor jurídico da Companhia, (Nota 11), e a provisão para Devedores de liquidação duvidosa relativa às duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial vencidas até 2008, (Nota 12), no montante total de R\$1.182.219 componente da rubrica "Perdas no recepimento de créditos"

recebimento de créditos".

23. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

24. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.825 e R\$ 7.095, respectivamente, e dos empregados são R\$ 5.101 e R\$ 502,

## DIRETORIA

Glycon Terra Pinto Júnior retor - Presidente Técnico Operacional Bernardo Creimer Cherman Diretor Administrativo

Vanda Lúcia Batista - Diretora Financeira Contador: José Maria Lopes - CRC-MG 49.680/0-0

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após a análise do Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras e fulcro nos relatórios e pareceres da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, o Conselho Fiscal emitiu o seguinte parecer: "O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAÍS - CASEMG," no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e, tendo por base o Parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa, observadas as recomendações constantes da Ata de nº 121ª realizada no dia 03 de março de 2011. Anós a análise do Balanco Patrimonial e demais demonstrações financeiras e fulcro no

Brasília, 23 de março de 2011. Manuel Vitorino Sousa Neto Elias Jacó dos Santos Cleide Edvirges Santos Laia Karla Renata França Carvalho

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG

ios o balanco patrimonial da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO L Examinamos o otanaço partimonai da COMPANHA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG, em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contâbeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e procedimentos técnicos usuais de auditoria, e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. A Resolução 1180/09 do Conselho Federal de Contabilidade aprovou o Pronunciamento de Contabilidade aprovou o producciamento de Contabilidade aprovou o producciamento de Contabilidade aprovou o continente entre de Contabilidade aprovou o contabilidade aprovou o continente entre de Contabilidade aprovou o contabilidade apro Técnico CPC 25 e determina que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente salvo Técnico CPC 25 e determina que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente salvo quando a realização do ganho é praticamente certa. A CASEMG, baseada em nota técnica de sua Assessoria Jurídica registrou sob o título de Cobranças Judiciais, no subgrupo de Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 112.403 (nota 11). Não foi possível a esta auditoria certificar a certeza na realização dos referidos ganhos.

4. A Companhia é detentora de créditos a receber, provenientes de duplicatas a receber em cobrança judicial no montante de R\$539.439 (nota 12). A Administração da Companhia registrou provisão para devedores de liquidação duvidosa no montante de R\$ 299.171 (nota 12). Entrattor não pos foi possível capedur esbe a adequação do valor provisionado em provi

Entretanto não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor provisionado para prováveis perdas na realização dos referidos créditos.

váveis perdas na realização dos reteridos creditos. úm nossa opinião, exceto quanto aos fatos mencionados nos parágrafos anteriores, as inonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os ectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *COMPANHIA DE ARMAZÉNS* aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG* em 31 de dezembro de 2010, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, representadas pelo balanço patrimonial, resultado do exercício, mutações do patrimônio líquido do soluções de caixa, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por STAFF Auditores e Consultores S/S, CRCRS 004632/O-S-MG, cujo parecer sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2010, foi entido contendo os parágrafos de ênfase descritos a seguir: "5. A empresa, no exercício, em Assembléia Geral Extraordinária, reduziu seu capital social de R\$ 161.176.620,00 para R\$ 26.814.711,00 pela absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 134.361.909,00 nos termos do art. 173 da Lei 6.404/76: "6. A empresa, segundo suas demonstrações contábeis (notas explicativas 17 e 18) resolveu não distribuir lucros relativamente ao exercício em exame, com base no parágrafo 4º. do art. 202 da Lei 6.404/76, tendo efetuado a seguinte destinação dos resultados do exercício: 5% do Lucro Líquido para Reserva Legal, no valor de 63.060,65; R\$711.450,00 para Reserva de Lucros a Realizar e o saldo do resultado líquido do exercício, no valor de R\$ 486.702,35 que, somado ao valor de R\$ 37.290,00 relativo a ajuste de exercícios anteriores, monta em R\$ 523.992,35, para Reserva Especial, conforme previsto no § 5º. do mesmo art. 202 acima mencionado."

7. Ressaltamos que a Assembléia Geral Ordinária realizada em abril de 2010 determinou que a destinação dos resultados do exercício de 2009 se desse da seguinte forma: Reserva Legal As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009

a destinação dos resultados do exercício de 2009 se desse da seguinte forma: Reserva Legal - R\$63.061; Reserva de Lucros a Realizar - R\$308.861; Reserva de Retenção de Lucros -

Belo Horizonte, 11 de março de 2011.

Reis & Reis Auditores Associados. CRC-MG - 7021/0-0 Renata Luciana dos Reis Magalhães CONTADOR CRC-MG N° 069.952 Regiane Márcia dos Reis CONTADOR CRC-MG Nº 009424/S-5 T

Página 02 de 02